



O Plenário aprovou ontem as indicações do economista Mário Gomes Torós e do sanitarista José Agenor Álvares, respectivamente, para as diretorias do Banco Central e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Antes, Torós foi ouvido pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 5**

## Malta quer abolir menoridade. Fátima Cleide é contra

A Comissão de Justiça reúne-se hoje para analisar um projeto polêmico: a antecipação da maioridade penal. Contrária à proposta, Fátima Cleide pediu serenidade na análise. Magno Malta, autor de um dos projetos, anunciou a apresentação de outro, que acaba com a menoridade em crime hediondo. **Página 6**

## Secretário prevê dívida pública menor em 2010

A dívida líquida do setor público em relação ao produto interno bruto (PIB) deve cair dos 44,9% registrados no ano passado para 35,9% em 2010. A previsão foi feita pelo secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. **Página 5**

# CPI do Apagão pode começar em 20 dias

Depois de se reunir com líderes partidários, Renan anuncia que será lido hoje requerimento para criar comissão de inquérito



Renan (E) debate com líderes os próximos passos da CPI para investigar crise no setor aéreo nacional

Após a leitura do requerimento em Plenário, que deverá ocorrer hoje, começa a ser contado o prazo de 20 dias para que os líderes indiquem os representantes de seus partidos na chamada CPI do Apagão Aéreo. O presidente do Se-

nado, Renan Calheiros, disse que um eventual novo acordo sobre a CPI dependeria de outra reunião. Os líderes governistas propõem que se instale apenas uma comissão, na Câmara dos Deputados, mas os opositores discordam. **Página 3**

## O futuro do etanol em debate

A parceria estratégica entre Brasil e Estados Unidos para a produção de etanol foi discutida ontem, no Senado, pelo embaixador

norte-americano Clifford Sobel com os senadores João Tenório, Sibá Machado e Eduardo Azeredo. **Página 4**



Na reunião, o embaixador Clifford Sobel (E), João Tenório, Sibá e Azeredo

Em busca da conciliação dos interesses dos músicos profissionais com os da indústria nacional, Paulo Paim anuncia substitutivo ao projeto de Cristovam Buarque

## Debate revela divergências sobre isenções a instrumentos musicais

Ao final de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a intenção de elaborar substitutivo ao projeto de lei que concede isenções fiscais aos instrumentos musicais importados. Relator da proposta, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), Paim disse que pretende conciliar os interesses dos músicos profissionais e os da indústria nacional de instrumentos.

Conforme o projeto, os instrumentos importados seriam beneficiados com a isenção do Imposto de Importação, do PIS-Cofins-Importação e da Cofins-Importação. A medida agradou aos músicos, como o compositor Luís Felipe Radicetti, coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música; a presidente do Sindicato dos Músicos



Demostenes Torres (4º da esq. para a dir.) preside a audiência pública

Profissionais do Rio de Janeiro, Débora Prates; e o músico e compositor Roberto Frejat.

Mas a proposta preocupa os fabricantes. O diretor-superintendente da Weril Instrumentos Musicais, Nelson Eduardo Weingrill, afirmou que a indústria nacional não apóia o projeto tal como se encontra, uma vez que abrange todos os instrumentos.

Durante o debate, o senador

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) demonstrou preocupação em saber como a lei distinguiria instrumentos de alta e baixa qualidades. Os senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Marisa Serrano (PSDB-MS) defenderam a busca de uma solução negociada entre os músicos e a indústria. E o autor do projeto sustentou a necessidade de estímulo à educação musical.

## Gilvam Borges homenageia Sarney pelos 77 anos

O senador Gilvam Borges homenageou em Plenário o também senador José Sarney (ambos do PMDB do Amapá) pelo aniversário deste último, que completou 77 anos ontem. Sarney nasceu no município de Pinheiro, no Maranhão, no dia 24 de abril de 1930.

Gilvam lembrou que Sarney, com a morte de Tancredo Neves no início de 1985, tornou-se o primeiro presidente da República

civil em cerca de 20 anos, no contexto do fim da ditadura militar e da redemocratização do país.

– As circunstâncias que levaram José Sarney ao poder foram dramáticas e resultaram de uma longa batalha das forças políticas brasileiras pela democracia – afirmou.

O senador também recordou que foi durante o governo Sarney que se promulgou a atual Cons-

tituição federal – “a Constituição Cidadã, maior realização de Ulysses Guimarães”.

– Os direitos e as garantias fundamentais para o povo brasileiro estavam, assim, firmados – declarou Gilvam, ao lembrar ainda que o ex-presidente é um dos membros da Academia Brasileira de Letras e que a TV Senado foi criada quando Sarney era o presidente do Senado, em 1996.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Homenagens e votações em Plenário

Os senadores reúnem-se às 10h, em sessão especial, para homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado em 19 de abril. Na hora do expediente – que antecede a ordem do dia – será comemorado o 45º aniversário da Universidade

de Brasília (UnB), celebrado em 21 de abril. Em seguida, o Plenário deve analisar a ordem do dia, composta de seis medidas provisórias e dois projetos de lei da Câmara dos Deputados que tramitam em regime de urgência.

### Reforma agrária em pauta

A Comissão de Agricultura (CRA) reúne-se às 11h para examinar projeto sobre o arrendamento compulsório, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de parcela de imóvel rural

que não esteja cumprindo sua função social. Ainda em pauta, proposta que determina a adição de nutrientes nas farinhas de trigo, milho e mandioca, para prevenir doenças congênitas e problemas na gravidez.

### Informações sobre a Telefônica

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) tem reunião marcada para as 8h45 destinada a ouvir o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior. O convidado dará informações sobre a licença fornecida à empresa Telefônica para prestar serviço de TV por assinatura via satélite.

### Trabalhadores com mais de 40 anos

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para analisar, dentre 14 itens, substitutivo a cinco projetos de lei que tratam da concessão de incentivo fiscal a empresas

que contratem trabalhadores com mais de 40 anos de idade. Ainda em pauta, projeto que dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal.

### Debate com ministro sobre a Emenda 3

Em audiência conjunta, as comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) reúnem-se às 14h para debater o veto à Emenda 3, apresentada ao projeto

que criou a Super-Receita. O assunto será discutido com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e de representantes das centrais sindicais.

### Pacote antiviolença

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h para dar continuidade à votação das proposições que compõem o pacote antiviolença. Ainda será analisado o substitutivo às propostas de emenda à Constituição que reduzem a maioria penal de 18 para 16 anos.

### Celular nas prisões

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) tem reunião marcada para as 11h, destinada a analisar o projeto de lei que determina às empresas operadoras do serviço móvel pessoal a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais do país.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Magno Malta, Epitácio Cafeteira, Paulo Paim, Tião Viana, César Borges, Flexa Ribeiro e Mão Santa



Presidente do Senado polonês, Borusewicz conversa com Renan (D) sobre economia

## Parlamentares e empresários da Polônia visitam o Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente do Senado da Polônia, senador Bogdan Borusewicz, que visita o Brasil acompanhado de parlamentares e dos mais importantes empresários daquele país em busca da ampliação do comércio entre as duas nações. Renan disse aos visitantes que o Brasil já viveu períodos de grande crescimento, estando agora empenhado num esforço geral para retomar essa performance.

– O crescimento econômico é uma vocação da nossa economia, mas precisamos fazer nosso dever de casa. Precisamos ainda fazer algumas reformas, concluir a reforma do Judiciário e conduzir as reformas tributária e fiscal para dar maior qualidade ao gasto público – destacou.

Renan também frisou que o Brasil vive um excepcional momento na consolidação de sua democracia e assiste a uma valiosa conju-

gação de esforços para acelerar o desenvolvimento. Ele explicou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aos visitantes e informou sobre o potencial do PAC para fazer o país avançar economicamente. E concluiu: “Essa visita acontece num grande momento para o Brasil”.

Ao longo da conversa, os parlamentares poloneses contaram que seu país tentou implantar, sem sucesso, um programa de inclusão social como o vigente no Brasil. De posse de um volume do programa Renda Mínima, distribuído a eles pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os visitantes disseram que o texto será de grande utilidade para executar tal projeto social na Polônia.

Além de Suplicy, participaram da conversa os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Gerson Camata (PMDB-ES).

## Apelo por mais representantes nas câmaras de vereadores

Uma comitiva de vereadores do Ceará e de Pernambuco, acompanhada pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi recebida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Os vereadores pediram apoio para a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 333/04), em tramitação na Câmara, que aumenta o número de vereadores nos legislativos municipais conforme a população de cada município.

Eles também pediram a aprovação da PEC 13/03, que trata da emancipação de novos municípios, e apresentaram dois anteprojotos de emendas constitucionais visando a que o repasse de recursos às câmaras municipais seja feito diretamente a elas, sem a intermediação das prefeituras, e para que o nome “vereador” seja alterado para “deputado municipal”.

Segundo Maria de Lourdes Te-

les, representante dos vereadores cearenses, Renan prometeu encaminhar as reivindicações.

– Não podemos aceitar a diminuição da representação dos municípios e de representantes do povo nas bases – disse a vereadora de Crato (CE), referindo-se a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 2004, que diminuiu o número de vereadores na maioria das cidades do país.

A vereadora ainda afirmou que considera Renan Calheiros um senador atento aos problemas dos municípios e que, por ser nordestino, ele está mais sensível à necessidade de recursos desses entes da Federação.

Durante a reunião, o presidente do Senado assinou protocolo de intenções com a União de Vereadores do Ceará para capacitar parlamentares daquele estado por meio de cursos e seminários.

“Foi uma decisão compartilhada”, afirma Renan depois de se reunir com as lideranças no Senado e acertar para hoje a leitura do requerimento que cria comissão de inquérito

# Líderes terão 20 dias para indicar membros da CPI do Apagão Aéreo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem, após reunir-se com os líderes partidários, que ficou decidida para hoje a leitura do requerimento de criação da CPI do Apagão Aéreo. A partir daí começa a ser contado o prazo de 20 dias para que os líderes indiquem os representantes dos seus partidos na comissão, que terá 13 titulares e 13 suplentes.

– Foi uma decisão compartilhada com os líderes – disse Renan, acrescentando que um novo acordo, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)

sobre a instalação da comissão na Câmara, dependeria de nova reunião com os líderes.

Renan lembrou que, após a leitura do requerimento para criação da comissão parlamentar de inquérito, e uma vez cumpridos os pressupostos constitucionais – de fato determinado, definição de prazo e previsão de recursos financeiros para a investigação –, a CPI se torna irreversível.

A iniciativa para criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar os problemas que vêm ocorrendo nos aeroportos do país

foi inicialmente da Câmara dos Deputados, onde o governo tem maioria. Como naquela Casa não houve acordo para sua instalação, a Minoria recorreu ao STF, cuja decisão deve sair também hoje.

A demora na definição da criação da CPI na Câmara e a continuidade dos problemas nos aeroportos, acrescidos de denúncias de irregularidades na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), motivaram os senadores a criar outra CPI, para a qual foram obtidas 34 assinaturas, correspondentes a 45% da representação do Senado.



“Ponto de não-retorno foi ultrapassado”, diz Virgílio, ao desacreditar acordo



Jucá considera que duas CPIs podem ser um problema para governo e Congresso



José Agripino: correlação de forças no Senado é conveniente para oposição

## Futuro da comissão ainda é motivo de divergências

Apesar do acordo de lideranças anunciado ontem para a abertura da CPI do Apagão Aéreo no Senado – com um prazo de 20 dias para que os partidos indiquem os membros da comissão –, ainda há discordâncias quanto ao seu efetivo funcionamento. Enquanto alguns opositores reiteram que será instalada a CPI no Senado, mesmo que haja outra sobre o mesmo tema na Câmara dos Deputados, há governistas que defendem um entendimento para que não haja duas comissões.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), declarou que “qualquer entendimento político pode reverter qualquer decisão tomada antes”. Ele também afirmou que, como a solicitação de abertura da CPI no Senado foi posterior à da Câmara, “seria melhor implantar a comissão apenas nesta última”.

– Nossa preocupação é que a

existência de duas CPIs possa se transformar em um problema não apenas para o governo, mas também para o Congresso – disse.

Outro representante da base aliada do governo, o senador Renato Casagrande (PSB-ES), afirmou que a existência de apenas uma comissão evitaria a “repetição de trabalho”.

### Correlação de forças

Por outro lado, o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), defendeu a criação da comissão no Senado, argumentando que “a correlação de forças nesta Casa é conveniente à oposição”. Na Câmara, avaliou ele, “a correlação é de quase três para um [a favor do governo] e, por isso, um requerimento de convocação de uma pessoa, por exemplo, pode ser ‘tratorado’ lá, o que não ocorreria no Senado”.

Mas mesmo Agripino concordou que uma modificação do

acordo poderá ocorrer “se houver um amplo entendimento entre as bancadas da Câmara e do Senado, envolvendo tanto os partidos do governo como da oposição”.

Já o líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM), declarou que “o ponto de não-retorno foi ultrapassado”, destacando que “o governo, por meio de suas lideranças, legitimou a CPI no Senado ao ter concordado com a leitura [do requerimento de abertura da comissão] e com o prazo de 20 dias [para que os partidos indiquem os membros]”.

– Considero legítimo o governo tentar uma solução que lhe interessasse, mas não vejo a oposição disposta a celebrar esse acordo – frisou Virgílio, que, assim como Agripino, ressaltou a diferença na correlação de forças entre a base aliada do governo e a oposição, que, na Câmara, beneficia o governo.



Medidas provisórias travam o trabalho da Câmara e do Senado, afirma Papaléo

## Papaléo defende mudanças na edição de MPs

Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de votar pela prejudicialidade da PEC 47/04, que retirava do Poder Executivo a possibilidade de editar medidas provisórias. Além de travar o processo legislativo no Congresso, a edição de MPs usurparia, na sua opinião, o direito de a sociedade discutir prioridades na aplicação dos recursos públicos.

– O artigo 62 da Constituição federal (que regula as MPs) deve ser revisto – defendeu.

Das 121 leis ordinárias – originadas de projetos do Executivo – aprovadas em 2006, 59 chegaram ao Congresso na forma de MP. Segundo Papaléo, parte expressiva das medidas provisórias trata de créditos extraordinários, liberados durante tramitação da matéria no Legislativo.

– O governo tenta corrigir falha no planejamento orçamentário com edição de MP – afirmou.

## Economista lança livro hoje na biblioteca do Senado

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, servirá de palco para o lançamento do livro do economista e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco Carlos Alberto Fernandes, intitulado *Contraponto – Poder, Política, Economia e Costumes*. O evento será realizado hoje, a partir das 19h, e contará com a presença do senador Marco Maciel (DEM-PE), entre outras autoridades.

O livro relata fatos do cotidiano em linguagem de fácil entendimento. A obra convida o leitor para uma reflexão sobre temas atuais, de interesse da sociedade, para que se amplie o entendimento dos meandros da política, do poder, da economia e do comportamento social.

Em reunião com senadores, Sobel sugere discussão com o Congresso norte-americano visando reduzir taxaço sobre o biocombustível brasileiro nos Estados Unidos

# Embaixador dos EUA debate parceria na produção de etanol

O presidente da Subcomissão de Biocombustíveis do Senado, João Tenório (PSDB-AL), reuniu-se ontem com o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, para tratar da parceria estratégica do Brasil com aquele país para a produção do etanol. Participaram do encontro, realizado no gabinete de João Tenório, os senadores Sibá Machado (PT-AC), vice-presidente da subcomissão, e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Conforme o senador João Tenório, um dos assuntos em destaque foi o rápido crescimento da produção de álcool no mundo, e especialmente no Brasil, frente à abertura efetiva dos mercados internacionais. Como pontuou o parlamentar, “há movimentos importantes, mas ainda não existe nada de concreto” no que se refere à expansão dos mercados.

Nesse sentido, ele informou que o embaixador Clifford Sobel

convocou os parlamentares a participarem de discussões com o Congresso americano, com o intuito de retirar ou reduzir a taxaço sobre o biocombustível brasileiro nos Estados Unidos. Atualmente, o governo americano cobra US\$ 0,54 por galão de álcool importado do Brasil.

O embaixador também questionou os senadores quanto à possibilidade de a ocupação de áreas para cultivo da cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol, vir a prejudicar a produção de alimentos.

– Em 2010, quando estiver finalizado o processo de implanta-

ção de novas usinas no Brasil, a cana ocupará apenas oito milhões e meio de hectares de terra. Para título de comparação, o cultivo de grãos ocupa cerca de 50 milhões de hectares, e a pecuária ocupa 200 milhões – informou João Tenório.

Os participantes do encontro também discutiram como utilizar o capital financeiro internacional para desenvolver, com tecnologia brasileira, outras áreas produtoras de álcool no mundo, como a América Central e o Caribe.

– Não queremos que se crie uma Opep do álcool, até porque 90% dos países do mundo podem produzir biocombustíveis, inclusive a partir de matérias-primas diferentes da cana-de-açúcar, como beterraba ou milho – disse o senador, em referência à centralização da exploração do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

O embaixador foi convidado a participar de uma nova reunião, com toda a subcomissão.



Clifford Sobel (E) é recebido por João Tenório, Sibá e Azeredo

## César Borges anuncia posição contrária à prorrogação da CPMF

“Vamos contestar e vamos votar contra a prorrogação da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] e da DRU [Desvinculação de Receitas da União].” O anúncio foi feito pelo senador César Borges (DEM-BA), ao revelar posição contrária do seu partido à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/07, que está tramitando na Câmara dos Deputados.

A PEC prorroga a CPMF até 31 de dezembro de 2011, mantendo a atual alíquota de 0,38%. Da mesma forma, a proposta prorroga até o final de 2011 a desvinculação de 20% das receitas da União provenientes de impostos, contribuições sociais e intervenção no domínio econômico.

– O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tinha aventado a possibilidade de isentar os empréstimos do pagamento da CPMF.

Seria uma medida importante, mas não a que nos satisfaz. Agora, o ministro garante que o governo não pode fazer essa desoneração e ameaça dizendo que reduzir a CPMF obrigaria a desativação de programas sociais. Como bem analisou a Folha de S. Paulo, Mantega reconheceu que o governo tem dificuldades em reduzir a carga tributária – afirmou.

Para o senador, o governo prejudica a população com uma carga tributária que se aproxima de 40% de tudo o que é produzido no país. O alto volume de impostos, disse, impede a retomada do crescimento econômico. O pior, completou, é que “o governo gasta mal o que arrecada”.

Um exemplo citado foi o gasto de R\$ 1 bilhão em publicidade, em 2006, pelo governo Lula. César Borges rebateu o argumento utilizado pelo ministro



César Borges critica governo por impor alta carga de impostos e gastar mal

da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martis, de que o valor elevado reflete a presença forte das estatais, que precisam competir no mercado.

– A Petrobras tem que competir com quem? É praticamente um monopólio em todas as áreas. E os Correios, competem com quem? Menos ainda a Infraero, que, em vez de ampliar as pistas de pouso e cuidar da segurança do tráfego, transformou os aeroportos do país em shoppings. Quais os concorrentes dessas estatais?



Administração do governador Marcelo Miranda foi elogiada por Kátia Abreu

## Kátia Abreu destaca crescimento previsto para o Tocantins

Kátia Abreu (DEM-TO) registrou ontem que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) projetou para o Tocantins um índice de crescimento de 5% entre 2007 e 2010. Ao elogiar esse possível desempenho da economia estadual, a senadora creditou os números à administração Marcelo Miranda, que vai para seu quinto ano de governo.

– O governador investiu na melhoria das condições sociais da população no primeiro mandato. Agora, a administração desenvolve projetos para solidificar de vez a industrialização do estado, gerando emprego e renda – enalteceu a senadora, que cobrou do governo federal a construção de eclusas no rio Tocantins.

Conforme sustentou, as eclusas deverão viabilizar o sistema multimodal de transporte estadual, em conjunto com a ferrovia Norte-Sul. Recursos para esse fim, disse, estão previstos no Plano de Aceleração do Crescimento.

## Renan se diz otimista quanto a consenso sobre a Emenda 3

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou para as 18h de hoje reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e os líderes partidários, na tentativa de buscar um acordo sobre a Emenda 3 à lei que criou a Super-Receita.

– Estou otimista quanto a um consenso – afirmou o presidente do Senado.

A Emenda 3 diz que apenas a Justiça do Trabalho pode decidir se contratos entre uma empresa e uma pessoa jurídica formada por apenas uma pessoa escondem uma relação trabalhista – e determinar a punição em tais casos. A medida, vetada pelo Executivo, impede que auditores fiscais dessem essa função.

Indicação de Mário Gomes Torós para a área de Política Monetária do BC é acolhida no mesmo dia pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário



Mercadante, entre Mário Torós (E), Collor, Eliseu e Jereissati, preside reunião da CAE

## Senado aprova nomes para as diretorias do Banco Central e Anvisa

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação secreta, as indicações do economista Mário Gomes Torós para a diretoria do Banco Central (BC) – 52 votos a 7 – e do sanitarista José Agenor Álvares da Silva para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – 46 votos a 11.

Torós foi designado por mensagem presidencial para substituir Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, atual titular da Diretoria de Política Monetária. Economista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou por 15 anos no Banco Santander, em São Paulo e Londres. Até julho de 2006, ocupava a vice-presidência dessa instituição financeira, como responsável pela área de Tesouraria e Mercados.

José Agenor Álvares da Silva exerceu a função de ministro da Saúde no primeiro governo de Lula. Antes, havia exercido o cargo de secretário-executivo do ministério. Por concurso público, foi admitido como sanitarista da então Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (hoje Anvisa). É diplomado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Minas Gerais.

No encaminhamento da votação do nome de Torós, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que a vasta experiência do economista no mercado será fundamental no momento em que a taxa de câmbio se encontra “um tanto quanto apreciada”. Ele disse acreditar que o cenário é favorável à reversão desse processo

e que espera a contribuição de Torós na redução da taxa básica de juros (Selic), atualmente fixada em 12,5% ao ano.

César Borges (DEM-BA) protestou contra a prática recorrente do governo de indicar para o Banco Central profissionais provenientes do mercado financeiro. O senador observou que os interesses nacionais nem sempre correspondem aos interesses do mercado e acrescentou que a atual taxa de juros praticada no Brasil penaliza os exportadores e impede o país de crescer.

Durante a votação do nome de José Agenor Álvares da Silva, o senador Tião Viana (PT-AC) ressaltou que a biografia do indicado para a Anvisa “se confunde com a do próprio Ministério da Saúde” e que o ex-ministro “sempre procurou cumprir as expectativas da população”.

### Reservas

A mensagem presidencial designando Mário Gomes Torós para o BC havia sido aprovada pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em sua exposição aos senadores do colegiado, ele defendeu a continuidade da política de intervenção da instituição no mercado de câmbio, por meio de operações de compra para reforçar as reservas em dólar.

Ao ser sabatinado na CAE, o economista destacou a melhora dos indicadores econômicos do país nos últimos anos, a começar pela queda da inflação e passando pela melhoria do nível de emprego e da massa salarial.

## Comissão autoriza operações de crédito à Bahia e ao BNDES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem pareceres favoráveis a duas operações de crédito externo. O primeiro autoriza o estado da Bahia a contratar US\$ 100 milhões com o Banco Mundial para restauração e manutenção de rodovias. O outro permite ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) receber US\$ 50 milhões do European Investment Bank (BEI) visando ao financiamento de projetos de investimentos no país, de interesse do Brasil e de nações da União Européia (UE).

As operações, com garantia da União, foram relatadas pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). As matérias seguem agora para exame em Plenário do Senado, em regime de urgência, por deliberação também aprovada pela CAE.

### Rodovias

A mensagem presidencial referente ao pleito da Bahia (MSF 50/07) informa que a operação envolve financiamento parcial do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Premar), no valor global de US\$ 186 milhões, com participação do estado de US\$ 86 milhões.

A garantia da União tem como contrapartida a vinculação de receitas de repasses federais para cobrir desembolsos que o governo federal tenha que fazer em caso de inadimplência do tomador. Pelo empréstimo, o estado pagará ao Banco Mundial juros vinculados à taxa Libor, mais despesas e margem pela remuneração de seu capital, hoje em torno de 0,5%, o que representa custo total da ordem de 6,74% ao ano.

A operação do BNDES (MSF 64/07) está vinculada ao Programa Multissetorial de Crédito – ALA III. O valor global chega a US\$ 100 milhões, incluindo a contrapartida da instituição nacional, de US\$ 50 milhões. O objetivo é financiar projetos em que se associarão subsidiárias de empresas européias e parceiros nacionais (joint ventures) e também empreendimentos realizados exclusivamente por empresas brasileiras.

Os projetos, que serão identificados e analisados ao longo da execução do programa, devem ter como finalidade a modernização, expansão e diversificação do setor produtivo privado brasileiro.

## Secretário diz que dívida pública cairá para 35,9% do PIB em 2010

A dívida líquida do setor público com relação ao produto interno bruto (PIB) deve cair dos 44,9% registrados no ano passado para 35,9% em 2010, afirmou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio José Massote de Godoy, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele considerou, no entanto, que a dívida bruta do governo continua em patamares elevados, superando R\$ 1 trilhão.

Tarcísio Godoy foi convidado pelos senadores da CAE para falar sobre a evolução da dívida pública e a colocação de títulos no exterior. O secretário afirmou que está aumentando o interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil, dada a maior credibilidade da moeda brasileira.

### Substituição

Segundo o secretário do Tesouro, o governo federal pretende substituir gradualmente os títulos remunerados pela taxa Selic e pela variação cambial por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços que, entre outros aspectos, diminui a volatilidade dos vencimentos da dívida pública federal, observou Tarcísio Godoy.

Outra decisão do governo para este ano é fazer emissões qualitativas de títulos em moeda estrangeira, observadas as condições de mercado, e incentivar o desenvolvimento das estruturas a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo. Por último, o governo deseja ampliar a base de investidores.

Durante os debates, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que a perversidade no componente da dívida pública

brasileira é a elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central. Em resposta, Godoy disse que a questão da dívida externa só está solucionada porque o governo vem administrando a dívida interna. Ele sustentou, respondendo a vários senadores, que as metas fiscais serão cumpridas.

### Metas

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), assinalou que acha temeroso e improcedente promover qualquer alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Todo o esforço do governo para que haja mais investimentos no país, observou, seria fragilizado se houvesse mudanças de rumo nas metas fiscais. O secretário do Tesouro garantiu que a meta do governo é manter a LRF.

Por sua vez, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou a atuação de Tarcísio Godoy na Secretaria do Tesouro Nacional, salientando que a dívida pública vem sendo muito bem administrada. Dornelles fez perguntas sobre déficit nominal e sobre a metodologia empregada para obter dados da dívida pública em comparação com outros países.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (DEM-SP) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) questionaram Tarcísio José Massote de Godoy sobre taxa de juros, títulos e rolagem da dívida, e financiamento da dívida com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), respectivamente. O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou sobre o crescimento desordenado da China, mas o secretário disse que não é especializado no assunto.



Godoy (D), ao lado do secretário-adjunto Paulo Fontoura, explica colocação de títulos

**Está aumentando o interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil, afirma Godoy**

Comissão de Justiça deve examinar, entre outras propostas, redução da idade penal e uso de pulseira eletrônica em casos de saída temporária

## CCJ retoma hoje votações do pacote antiviolença

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) deve apresentar hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), substitutivo a seis propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da maioridade penal, determinando a imputabilidade a partir de 16 anos, em casos de crimes como tráfico de drogas, tortura e latrocínio (roubo seguido de morte). Em debates anteriores, a questão dividiu os senadores e hoje deve ocupar a maior parte da reunião da CCJ.

A votação do substitutivo de Demostenes às propostas de emendas constitucionais (PECs 18/99, 20/99, 03/01, 26/02, 90/03 e 09/04) integra o esforço que vem sendo feito pelos senadores da Comissão de Justiça para

examinar os projetos do pacote antiviolença.

Duas proposições que prevêem o monitoramento eletrônico de presidiários que se beneficiarem de saídas temporárias ou de liberdade condicional também devem ser examinadas hoje, em decisão terminativa. São os PLSs 165/07, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e 175/07, de Magno Malta (PR-ES). Mercadante sugere que, em alguns casos, a prisão preventiva seja substituída “pela liberdade vigiada por monitoramento eletrônico”. No entanto, a proposta estabelece que a medida não poderá ser aplicada em casos de crime hediondo.

Já o projeto de autoria de Magno Malta torna obrigatório o uso de pulseira eletrônica pelo preso

### Raupp quer Ponta do Abunã sob gestão do Ibama em RO

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), solicitou que a direção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desfaça um convênio realizado entre as superintendências do órgão em Rondônia e no Acre. O acordo, informou, prevê que a fiscalização ambiental da região conhecida como Ponta do Abunã, localizada em Rondônia, seja exercida pelo Ibama do Acre, estado ao qual a região já pertenceu.

Raupp afirmou que os madeireiros da área trabalham com planos de manejo bem elaborados, mas, segundo ele, estariam sendo vítimas de perseguição, uma vez que a fiscalização, feita pelo Ibama do Acre, não respeita as regras estabelecidas pelo órgão em Rondônia.

– Não podemos aceitar que uma parte do nosso território seja cedida para fiscalização pelo Ibama de outro estado – protestou.



Raupp esclarece que a área é hoje fiscalizada pela unidade do Ibama no Acre

### Saídas para reduzir criminalidade mobilizam senadores

Fátima Cleide condena projeto que altera maioridade penal, enquanto Magno Malta apóia a medida. Já Romeu Tuma discute relatório do TCU que aponta inconsistência no Infoseg

Fátima Cleide



#### Medida não ajudará a conter o avanço da violência no país

“Reduzir a idade penal em nada nos ajudará a diminuir o crime e a violência”, afirmou ontem Fátima Cleide (PT-RO). Em discurso no Plenário, ela pediu aos membros da Comissão de Justiça (CCJ) do Senado serenidade na análise do projeto que trata da maioridade penal.

A parlamentar lembrou que, nos países em que a redução da maioridade foi adotada, a criminalidade praticada por jovens aumentou. Ela citou como exemplos a Alemanha e a Espanha, que já pensam em retornar para 18 anos o limite penal.

Para Fátima Cleide, os jovens brasileiros são mais vítimas do que algozes da violência.

Magno Malta



#### “Menoridade deve ser abolida em caso de crime hediondo”

Magno Malta (PR-ES) anunciou que apresentará proposta de emenda constitucional que tornará passível de punição criminal a pessoa menor de idade que cometer crime hediondo.

– A idéia da nova emenda constitucional é tirar a menoridade de qualquer pessoa, de qualquer idade, para que possa ser julgada como um adulto – afirmou.

Autor de proposta que reduz a maioridade de 18 para 13 anos (PEC 90/03), que tramita no Senado, o parlamentar entende que a redução da idade penal “não resolverá sozinha” os problemas de criminalidade no Brasil, mas ajudará a inibir a entrada de menores no mundo do crime.

Romeu Tuma



#### Preocupação com falha em sistema que integra informações

Romeu Tuma (DEM-SP) considerou “fato gravíssimo” as inconsistências apuradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública (Infoseg). De acordo com relatório do TCU citado por Tuma, o sistema, que integra informações dos órgãos de segurança, justiça e fiscalização da União, estados e DF, enfrenta diversos problemas de gestão.

Na opinião do senador, “as incoerências apuradas, além de desacreditar a confiabilidade do sistema, podem provocar consequências sérias, como a prisão indevida de um cidadão ou a não prisão de um criminoso”.



Demostenes sugere antecipar para 16 anos imputabilidade penal no caso de crimes graves

que se enquadra no regime aberto ou que obtiver livramento condicional. O senador lembra que a medida vem sendo adotada com sucesso em países como a França

e os Estados Unidos.

#### Servidor público

A Comissão de Justiça deve examinar ainda projeto de autoria de Demostenes que dá competência ao juiz de decretar a perda do cargo, emprego ou função do funcionário público corrupto (PLS 138/07) durante o processo que julgar o crime do servidor. A proposta prevê, no entanto, que a perda do emprego somente se dará após o juiz receber a ação penal com as provas necessárias para apontar o crime e a autoria. Em contrapartida, o acusado, segundo o texto de Demostenes, terá 15 dias para se defender. Caso haja absolvição, o funcionário será reintegrado ao

emprego e terá garantidos todos os seus direitos.

Consta também do pacote antiviolença, entre outras, proposição de Marconi Perillo (PSDB-GO) que cria o trabalho de subsistência nos presídios (PLS 155/07). Conforme a matéria, os presos deverão produzir seu próprio sustento alimentar. O texto determina que essa atividade será obrigatória e independente de outras duas modalidades de trabalho existentes nos presídios (educativa e produtiva).

Marconi ressalta, na justificativa do projeto, que a atividade de produção de alimentos contribuirá para reduzir o alto custo de manutenção do presidiário pelo Estado, além de “agregar valor social ao cumprimento da pena”.

### Mão Santa critica envio de policiais do Piauí ao Pan

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou, da tribuna, ter estranhado notícia sobre o envio de 25 policiais rodoviários federais do Piauí para compor a segurança dos Jogos Pan-Americanos, que serão realizados no Rio de Janeiro, em junho. Ele observou que, enquanto a escalada da violência no seu estado tem os números ocultados pelo governo local, parte do contingente policial é desviada para outra unidade da Federação.

– Pior é que os policiais rodoviários, bem como a Polícia Federal no Piauí, estão em greve, alegando o descumprimento de promessas do governo Lula quanto às suas reivindicações salariais.

Mão Santa informou ainda que foi ontem à noite a Fortaleza para assistir ao velório do amigo e médico cancerologista Gonçalo Bolívar Pimentel, que morreu assassinado. Segundo o senador, a violência no Ceará e no Rio também assusta a população.



Mão Santa: policiais do âmbito federal no Piauí estão em greve por melhor salário

## Mulher precisa ser esclarecida sobre o planejamento familiar, diz Serys

Fotos: Mádram/Rodrigues



Serys relatou temas da conversa com Temporão sobre a saúde feminina

Serys Shlessarenko (PT-MT) informou ter participado, ontem, de audiência com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, quando conversaram sobre questões referentes à saúde da mulher.

A senadora ressaltou que um dos temas tratados foi a importância de esclarecer às brasileiras sobre a necessidade e as vantagens do planejamento familiar. O

tema, segundo explicou, abrange outras questões, como o aborto, parto natural e cesárea.

Outro assunto discutido foi o aumento de contaminação pelo vírus HIV. Ela informou que, nos últimos anos, a incidência de Aids entre as mulheres aumentou 40%. A senadora também destacou a necessidade de aprovação do projeto de lei da Câmara que dá direito a todas as mulheres, a partir dos 40 anos, de terem exames gratuitos anuais para prevenção dos cânceres de mama e de colo do útero (PLC 39/02).

Serys ainda aproveitou a ocasião para elogiar o presidente Lula e o ministro da Educação, Fernando Haddad, pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, que, conforme a senadora, buscará, entre outras metas, melhorar os indicadores de qualidade nos nove anos do ensino fundamental.

## Lúcia Vânia pede mais fiscalização para o Peti

Estudo que aponta a relação entre o aumento das matrículas escolares, especialmente no ensino médio, e a redução das taxas de violência e dos casos de gravidez precoce foi abordado por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O estudo, coordenado pela socióloga Felícia Madeira, está sendo realizado pela Fundação Seade, do governo do Estado de São Paulo, que atualiza todos os anos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil. Segundo o site Folha Online, Felícia ainda não concluiu as pesquisas, mas sugere que o governo ofereça estímulos, inclusive financeiros, para que os jovens não abandonem os estudos. No entender de Lúcia Vânia, a proposta da pesquisadora casa-se perfeitamente com a do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que complementa a renda familiar com o pagamento de uma bolsa. Por isso, a senadora pediu uma melhor fiscalização do Peti.



Pesquisa mostra que frequência à escola reduz a criminalidade, diz Lúcia Vânia

Considerados por senador como fóruns importantes para discussão e controle social das ações governamentais, conselhos pedem votação do projeto que regulamenta Emenda 29

## Augusto defende aprovação de normas sobre gastos com saúde



Augusto Botelho afirma que conselhos dão transparência à área de saúde

Mais de mil integrantes dos conselhos de saúde dos estados, municípios e da União reivindicaram que o Congresso Nacional regulamente a emenda constitucional que determina os percentuais mínimos de gastos da União e dos estados com saúde, informou Augusto Botelho (PT-RR).

Os representantes dos conselhos estiveram reunidos em Brasília nos dias 10 e 11 deste mês, para a 14ª Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde e, de acordo com o senador, deram total apoio ao Projeto de Lei Complementar 1/03, que regulamenta a emenda (EC 29/00). O projeto já foi aprovado

nas comissões da Câmara e ainda deve ser apreciado pelo Plenário daquela Casa. Se acolhido, terá de ser votado pelo Senado.

Augusto afirmou que os conse-

lhos de saúde vêm se apresentando como instâncias importantes para discussão dos problemas do setor, e que eles representam “um pólo de qualificação de cidadãos para o controle social”. Mas disse que a falta de divulgação das ações – e até mesmo da existência – desses conselhos faz com que, em muitas cidades, a participação da comunidade seja pouco significativa.

– De qualquer maneira, penso que o balanço geral da atuação dos conselhos de saúde é extremamente positivo. Em todas as instâncias, vêm sendo cada vez mais aprofundados os critérios de transparência e legitimidade.

## Senadores destacam lançamento de plano para educação

Medidas anunciadas ontem pelo presidente Lula e pelo ministro Fernando Haddad, que prevêem investimento de R\$ 8 bilhões no setor, receberam comentários em Plenário

Paulo Paim



### Ensino técnico profissionalizante deve ser estimulado

A abrangência do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – que inclui medidas para todas as etapas do ensino, com prioridade para o ensino básico (que vai do infantil ao médio) – foi elogiada por Paulo Paim (PT-RS).

O senador ressaltou que o plano prevê investimentos de R\$ 8 bilhões no setor, visando ao cumprimento de metas como a informatização de todas as escolas públicas, a implantação de mil pólos de formação de professores e a ampliação do acesso às universidades. Paim destacou ainda, no plano, a criação dos institutos federais de educação tecnológica e a instalação de 150 escolas técnicas, inclusive no interior.

Ideli Salvatti



### Sociedade organizada envolveu-se na formulação do PDE

Ideli Salvatti (PT-SC) assinalou o envolvimento da sociedade organizada na formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação. Entre as medidas anunciadas, a senadora destacou a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação, que avaliará a qualidade de ensino e servirá de parâmetro para determinar prioridades e a distribuição de recursos. Ela observou que mil municípios apresentam índice de analfabetismo acima de 35%, sendo que 95% deles são da região Nordeste.

– Esses municípios não receberam verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e agora serão priorizados com recursos e assessoria – afirmou.

Eduardo Suplicy



### Programa poderá colocar o ensino do Brasil “no século 21”

Ao registrar o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PED), Eduardo Suplicy (PT-SP), repetindo palavras do presidente Lula, disse esperar que o programa coloque a educação do Brasil “no século 21”.

Suplicy destacou projetos do PED como o Provinha Brasil, que vai acompanhar nos municípios a qualidade da alfabetização de crianças entre 6 e 8 anos; a Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa; o Caminho da Escola, que priorizará o transporte escolar para estudantes da educação básica em áreas rurais; e a nova configuração do programa Brasil Alfabetizado, entre outras iniciativas.

## Quintanilha: jovem quer oportunidade de garantir o futuro

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) destacou pesquisa realizada pelo governo do Tocantins com o objetivo de traçar o perfil dos jovens do estado, na faixa etária de 15 a 29 anos. Entre outras demandas, o estudo apontou a necessidade de implantação de cursos profissionalizantes e escolas técnicas como forma de oferecer mais oportunidades de trabalho e possibilitar a inserção social da população mais jovem.

– Nossos rapazes e moças querem um plano de desenvolvimento que eleve o padrão de vida e de trabalho da população. Querem uma estratégia de desenvolvimento que gere empregos, propicie avanços tecnológicos e melhore o nível educacional, pois a juventude tocaninense precisa de novas oportunidades para garantir o seu futuro – analisou.

A pesquisa Perfil da Juventude foi realizada em 122 municípios e ouviu 21.264 pessoas.



Quintanilha registra pesquisa com jovens do Tocantins e pede mais escolas técnicas



"Precisamos melhorar a vida de todos", afirma Sibá Machado

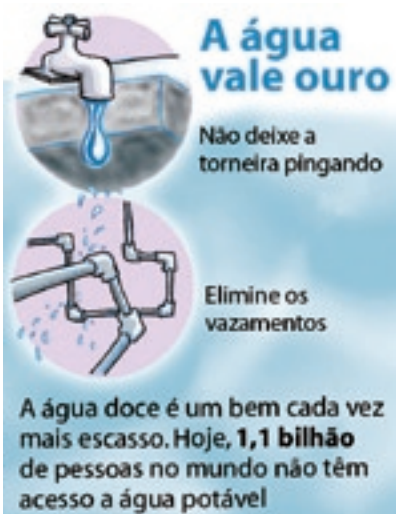
## Sibá anuncia planos do governo do Acre para 2007/2010

Sibá Machado (PT-AC) anunciou ontem as metas e prioridades que o governador do Acre, Binho Marques, apresentou a empresários e políticos como o planejamento estratégico que pretende implementar no período 2007/2010. O senador explicou que o plano divide-se em 13 pontos, com destaque para a infra-estrutura e a inclusão social, e engloba desde o contexto geográfico até a distribuição espacial dos investimentos.

– O programa define os projetos e seus valores de acordo com a necessidade de investimentos – assinalou.

Sibá afirmou que, na área de desenvolvimento econômico e infra-estrutura, o governo acreano pretende implantar e consolidar parques industriais, modernizar a produção agroindustrial, elevar a renda do produtor rural, fortalecer micro e pequenas empresas e oferecer suporte para o desenvolvimento sustentável. Nos programas estruturantes, continuou o senador, a inclusão social é o grande foco, com programas para superação da pobreza, saneamento ambiental, habitação e investimentos em obras públicas.

– Importante ressaltar que o desenvolvimento que queremos, como o próprio governador tem afirmado, é um crescimento com qualidade de vida. Precisamos melhorar a vida de todos – concluiu Sibá Machado.



Senador ressalta que CPI dos Bingos apurou esquema de venda de liminar que beneficiava casas de jogos de azar e propôs projetos para aumentar rigor na punição de contraventores

# Legislativo não foi omissos ao investigar bingos, diz Garibaldi

O Poder Legislativo não foi omissos nem ausente na discussão sobre o envolvimento de empresas do ramo de jogos eletrônicos com o crime organizado, alvo de investigação da CPI dos Bingos, afirmou ontem o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Além de ouvir 27 dirigentes dessas empresas – o que possibilitou identificar irregularidades no negócio –, a comissão reuniu suspeitas contra o Judiciário, segundo o parlamentar, ao destrinchar um suposto esquema de venda de liminares para funcionamento dos bingos e importação de máquinas caça-níqueis.

Relator da CPI dos Bingos, Garibaldi assinalou que o trabalho gerou projetos de lei, em tramitação na Comissão de Justiça (CCJ), destinados a coibir jogos de azar e punir com mais rigor seus agentes. Trata-se do PLS 274/06, que altera o Código Penal para criminalizar a exploração de tais jogos; do PLS 275/06, que modifica o Código de Processo Civil para exigir que o tribunal seja informado de



Relator da CPI, Garibaldi lembra que audiências permitiram identificar fraudes

liminar autorizando a exploração de jogo de azar; e do PLS 276/06, que altera o Código de Processo Penal para criar recurso contra decisão de juiz que negar pedido de busca e apreensão e de escuta telefônica.

– No nosso relatório, apontamos que o problema começava ainda na importação das máquinas usadas nos bingos – recordou.

### Malta parabeniza PF

A realização da Operação Furação, pela Polícia Federal – que desmontou uma rede de corrupção ligando bicheiros a membros do Poder Judiciário –, foi elogiada

ontem pelo senador Magno Malta (PR-ES). Ele reafirmou em Plenário sua convicção sobre o caráter criminoso e nocivo à sociedade das atividades desenvolvidas pelas casas de bingo no país.

– Eu estava certo quando pedi a CPI dos Bingos. Eu estava certo quando afirmava que o bingo no Brasil, com as suas fachadas, escondia a lama do dinheiro do narcotráfico – frisou.

### Fiscalização

Questionado pela imprensa sobre o funcionamento de jogos de azar na área externa do Congresso Nacional, conforme noticiado pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, na última segunda-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou desconhecer a existência dessa prática próxima ao Senado.

– Isso não vai existir; nunca existiu. Se existir, irei pessoalmente desmontá-lo – assegurou Renan. Ele salientou ainda que, tão logo tomou conhecimento da reportagem, determinou o aumento da fiscalização na área.



Osmar Dias acredita que governo do estado não criará dificuldades

## Osmar Dias apóia desvio ferroviário em Curitiba

Ao se colocar à disposição do prefeito de Curitiba, Beto Richa, para tentar viabilizar junto ao governo federal a liberação de recursos para a construção de um desvio ferroviário na capital paranaense, o senador Osmar Dias (PDT-PR) expressou sua confiança no sentido de que o governo do Paraná não criará dificuldades para a realização da obra. Ele observou que, mesmo havendo divergências políticas entre o prefeito e o governador Roberto Requião, os interesses da população devem prevalecer.

– Confio que o governo do estado de jeito algum deixará de dar as licenças necessárias. Acredito que serão observados o lado técnico e a importância da obra. Mesmo estando prevista uma disputa eleitoral agora em 2008, o governo não vai prejudicar o povo de Curitiba – afirmou Osmar Dias.

Segundo o parlamentar, em julho de 2002, o então governador do Paraná, Jaime Lerner, avalizou a assinatura de um convênio da prefeitura de Curitiba com o governo federal para a construção do desvio ferroviário. Pelo acordo, a prefeitura entraria com metade dos R\$ 158 milhões necessários para a realização da obra e a União, com o restante dos recursos.

Osmar Dias explicou que a obra é necessária em virtude de a linha férrea colocar em risco pedestres e condutores de veículos e de bicicletas que trafegam pelas proximidades do trilho que passa por Curitiba e pelos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo e Campo Magro. O senador registrou que a linha é responsável pelo transporte de cerca de 4 milhões de toneladas de calcário e cimento. Além da poluição provocada pelos materiais transportados, a população enfrenta o problema da poluição sonora, lembrou.

## Feriado no dia 11 depende de aprovação da Câmara

Desde o dia 27 de março, quando a Comissão de Educação (CE) aprovou o projeto de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) para transformar o dia 11 de maio em Dia de Santo Antônio de Sant' Anna Galvão – que seria feriado apenas em 2007 –, foi criada grande expectativa na sociedade. A partir de então, o serviço Alô Senado, a Biblioteca do Senado, a Secretaria Geral da Mesa e a Subsecretaria de Informações receberam milhares de ligações e mensagens eletrônicas de cidadãos e empresas privadas de todo o país, principalmente de São Paulo, interessados na confirmação do feriado.

– Recebemos dezenas de telefonemas somente na manhã de hoje [segunda-feira passada]. Como a matéria só havia sido aprovada pelo Senado, a resposta, agora, tem que vir da Câmara – declarou o diretor da Subsecretaria de Informações do Senado, Augusto César

Correia, que atendeu cidadãos interessados no assunto até pessoalmente.

Depois de aprovado em caráter terminativo na CE, o projeto (PLS 55/07) chegou em 11 abril à Câmara dos Deputados, onde já tramitava outra proposta com o mesmo conteúdo (PL 426/07). O relator, deputado Átila Lira (PSB-PI), está pronto para apresentar seu parecer na reunião de hoje da Comissão de Educação e Cultura.

Se aprovada nessa comissão, a proposta precisará ainda ser acolhida, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa para que seja sancionada e entre em vigor. A votação só poderá ser acelerada se o requerimento de urgência, apresentado pelos líderes há mais de uma semana, for aprovado.

### Objetivo

A assessoria do senador Francisco Dornelles informou que o projeto tem o objetivo de per-

mitir que os brasileiros possam acompanhar a visita do papa Bento XVI ao Brasil e assistir, seja pela televisão ou pessoalmente, à canonização de Frei Galvão – o primeiro brasileiro a se tornar santo. A proposta não recebeu apoio oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em entrevista coletiva, o secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, considerou o feriado desnecessário.

Na Câmara, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) apresentou emenda para que, em vez de feriado, o dia 11 de maio de 2007, uma sexta-feira, seja transformado em ponto facultativo.

Em São Paulo, a Câmara Municipal aprovou na semana passada projeto para tornar feriados municipais os dias de celebração de missas pelo papa Bento XVI na cidade. Esse será o caso do próximo dia 11. Para isso, ainda falta a sanção do prefeito Gilberto Kassab à lei.